

Diplomacia econômica da China: o caso de Angola¹

Mariana Sandoval de Oliveira²
Jaqueline Kosilek de Paiva³
Carlos Eduardo Carvalho⁴
Ana Tereza Marra de Souza⁵

Resumo: As relações com Angola representam um caso exemplar da diplomacia econômica da China nas relações com países exportadores de recursos naturais, em especial petróleo, elemento essencial para sua segurança energética e para sustentar seu crescimento. Para a China, Angola oferece a possibilidade de garantir fornecimento estável, em troca de ajuda para viabilizar a infraestrutura para a extração e a comercialização das riquezas naturais. Além disso, esse país pode ser aliado relevante na política de ascensão pacífica, em que a China busca convencer o mundo de que seu fortalecimento não ameaça a ordem internacional. A diplomacia econômica da China em Angola combina iniciativas de diplomacia comercial com o apoio ativo de organismos estatais, como o EximBank, apoiando a ação de grandes empresas petrolíferas estatais, responsáveis por iniciativas ligadas ao desenvolvimento humano, como educação e saúde, além da infraestrutura. A atuação das empresas pode ajudar a diluir os efeitos de problemas como a dificuldade de utilizar mão de obra local e a prática de exigir o pagamento dos créditos em petróleo, com desconfianças sobre a adequação dos preços praticados com os valores de mercado.

Palavras-chave: China. Angola. Petróleo. Desenvolvimento. Diplomacia

Economic Diplomacy of China: the case of Angola

Abstract: Relations with Angola represent an exemplary case of China's economic diplomacy in relations with countries exporting natural resources, especially oil, an essential element for its energy security and to sustain its growth. For China, Angola offers the possibility to ensure stable supply, in return for aid to enable the infrastructure for the extraction and sale of natural resources. Furthermore, Angola may be relevant in political ally of peaceful rise, as China seeks to convince the world that does not threaten its strengthening the international order. The economic diplomacy of China in Angola combines trade diplomacy initiatives with the active support of state bodies such as Eximbank, supporting the action of major state oil companies, responsible for initiatives related to the development, such as education and health, as well as infrastructure structure. The performance of companies can help dilute the effects of problems such as the difficulty of using labor-site work and practice to require payment of claims on oil, with misgivings about the adequacy of pricing with market values.

Keywords: China. Angola Oil. Development. Diplomacy

¹ Versão ampliada do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais de Mariana Sandoval de Oliveira e Jaqueline Kosilek de Paiva, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, concluído em 2011 sob orientação do Professor Carlos Eduardo Carvalho. A pesquisa foi desenvolvida no grupo de estudos sobre a China, vinculado ao Grupo de Pesquisas em Moeda, Finanças e Desenvolvimento Econômico, a cujos integrantes agradecemos pelas críticas e sugestões, em especial Piero Bastos Gon e Natasha Nakanura Cordeiro. Agradecemos também as importantes sugestões e críticas do parecerista anônimo de *Economia Ensaios*.

² Mariana Sandoval de Oliveira, Mestranda em Economia pela Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: marievitor@ig.com.br

³ Jaqueline Kosilek de Paiva Cargo: Graduada em Relações Internacionais Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: jack.kosilek@gmail.com

⁴ Carlos Eduardo Carvalho Cargo: Professor Associado, Departamento de Economia Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: cecarv@uol.com.br

⁵ Ana Tereza Marra de Souza, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" da Unesp/Unicamp/PUCSP. E-mail: anateresa.marra@gmail.com

Classificação JEL: F59, O55, Q32

Introdução

O artigo analisa as relações econômicas e políticas da China com Angola, tidas como um caso exemplar para a caracterização da diplomacia econômica de Beijing. O petróleo tem papel central nessa relação, como elemento básico para a segurança energética da China e para a sustentação do seu crescimento econômico. Para a China, entretanto, não se trata apenas de assegurar contratos comerciais de fornecimento estáveis ou de organizar a produção em um país devastado pela guerra civil e pela instabilidade política. Trata-se também de buscar aliados políticos estáveis no esforço de ascender em um quadro internacional dominado pelo Ocidente e sob hegemonia dos Estados Unidos.

A China procura ascender jogando com regras dadas, mantendo e criando um ambiente internacional que permita ao PCC continuar suas reformas em casa e aumentar o poder e o reconhecimento do país no exterior. Trata-se de crescer e se fortalecer e, ao mesmo tempo, assegurar aos demais países que a China não constitui uma ameaça, apesar do crescimento de sua influência e de seu poder, o qual depende em grande parte de fontes de energia situadas no exterior, a longa distância e disputadas também por outras potências.

A diplomacia comercial tem sido importante instrumento para a China alcançar esses objetivos, mas sua atuação vai além. Além da diplomacia tradicional, as empresas de petróleo estatais atuam ativamente em países como Angola, apoiando iniciativas em áreas muito diversas de infraestrutura produtiva e de desenvolvimento humano. Essa atuação das empresas pode ajudar a diluir os efeitos de dificuldades encontradas pelos chineses, como a dificuldade de utilizar mão de obra local nos empreendimentos e a prática de exigir o pagamento dos créditos em petróleo, o que dá lugar a desconfianças sobre a adequação dos preços praticados como valores de mercado.

O trabalho está dividido em três seções, além dessa introdução e das notas finais. A primeira seção faz uma rápida revisão dos modelos de diplomacia, para caracterizar melhor a diplomacia econômica praticada pela China, em especial na África, que é o objeto da segunda seção. A terceira seção, por fim, apresenta um panorama das relações econômicas e políticas da China com Angola, com o objetivo de traçar um quadro ilustrativo das estratégias e instrumentos de diplomacia econômica da China em países fornecedores de recursos naturais.

1. Modelos de diplomacia

De acordo com Saner e Yiu (2001, p.3), a diplomacia moderna, como definida pelo trabalho de Ernest Satow, diz respeito a “application of intelligence and tact to the conduct of official relations between governments of independent states”. Nessa definição está implícito o entendimento de que a diplomacia é domínio praticamente exclusivo dos Ministérios das Relações Exteriores (MREs) de cada país. Nesse sentido, imprime-se a ideia de que tradicionalmente a diplomacia “has been the prerogative of ambassadors and envoys representing MOFAs (Ministry of Foreign Affairs) and central government offices and their mandate were confined to the affairs of the state.” (SANER; YIU, p.36).

No entanto, como sugere a simples observação da realidade, no cenário das relações internacionais atuais a diplomacia ficou mais porosa às influências de outros atores e instituições. No contexto de maior interdependência econômica e de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) é possível que as pessoas, empresas e outras organizações (inclusive de dentro do seio do próprio Estado) estabeleçam relações além-fronteiras que antes eram privilégios dos quadros diplomáticos mais altos.

O desenvolvimento das atividades exteriores para além das definições tradicionais de diplomacia e do controle dos MREs tem exigido que se repense a essência das atividades

diplomáticas e seus principais atores. Além da diplomacia dos Estados Nacionais, principalmente nos assuntos que dizem respeito à economia, uma gama variada de atores subnacionais, supranacionais e não-estatais também contribuem para dar forma às relações diplomáticas, como sugerem Saner e Yiu (2001, p. 36), atualmente, “management of international economic relations is no longer confined to the State but rather extended to civil and commercial affairs”.

Há então, a necessidade de alargar a definição de diplomacia. Como sugere Melissen (p. XVI – XVII 1999), ela pode ser “defined as the mechanism of representation, communication and negotiation through which states and other international actors conduct their business”. Essa definição capta melhor a simultânea participação de múltiplos Estados e demais atores nas relações diplomáticas, aceitando-se que elas podem ser formuladas e executadas tanto por meio de outras agências do Estado (como Ministérios da Indústria, Economia e outros), como por atores fora do controle estatal. É preciso reconhecer, no entanto, que esses diferentes atores vão exercer formas diferentes de diplomacia.

Há uma variada literatura que discute os tipos de diplomacia existentes e os atores e forças prevaletentes em cada uma delas. Neste trabalho, o nosso foco é na diplomacia realizada pelos atores estatais com o intuito de avançar os interesses econômicos do país, portanto seguiremos a partir da conceituação e discussão da diplomacia econômica e comercial, que são consensualmente definidas pela literatura como diplomacias realizadas por meio de atores estatais.

A diplomacia econômica, de acordo com a definição apresentada por Saner e Yiu (2001):

[...] is concerned with economic policy issues, e.g. work of delegations at standard setting organizations such as WTO and BIS. Economic diplomats also monitor and report on economic policies in foreign countries and give the home government advice on how to best influence them. Economic Diplomacy employs economic resources, either as rewards or sanctions, in pursuit of a particular foreign policy objective (YIU, 2001, p. 13).

Dentro do escopo da diplomacia econômica, pode-se destacar a comercial. Enquanto os objetivos da primeira são de âmbito mais geral, a segunda visa a oferecer uma ajuda mais específica para o desenvolvimento econômico nacional, na forma, por exemplo, de assessoria para a exportação e assistência legal para a internacionalização das empresas nacionais, incluindo também suporte para a implantação de subsidiárias e filiais. De acordo com Saner e Yiu (2001), a diplomacia comercial:

[...] describes the work of diplomatic missions in support of home country’s business and finance sectors in their pursuit of economic success and the country’s general objective of national development. It includes the promotion of inward and outward investment as well as trade. Important aspects of a commercial diplomats’ work is the supplying of information about export and investment opportunities and organizing and helping to act as hosts to trade missions from home. In some cases, commercial diplomats could also promote economic ties through advising and support of both domestic and foreign companies for investment decisions (SANER; YIU, 2001, p. 13).

Ou ainda, de acordo com Narray (2008, p.2), a diplomacia comercial é aquela “conducted by state representatives with diplomatic status in view of business promotion between a home and a host country”, o que pode ocorrer através de uma série de instrumentos de promoção dos negócios e facilitação das atividades externas das empresas.

A diferença entre os dois tipos de diplomatas, o econômico e o comercial, é que o primeiro tende a focar sua ação mais na representação do país *per se*, atuando em foros multilaterais e agindo no seio das embaixadas e consulados, já o segundo tende a atuar mais na defesa dos interesses das empresas e outras organizações comerciais do país. Enquanto o diplomata econômico se relaciona com as representações diplomáticas do outro país e estrutura o processo de negociação nas organizações internacionais reguladoras, o comercial se relaciona com empresas, câmaras de comércio e associações similares, tanto do seu país de origem como do de destino, objetivando expandir mercados e facilitar a entrada de exportações e investimentos. Nesse sentido, Saner e Yiu (2001, p.21) definem:

CD= Commercial Diplomat - Diplomat who represents interests of his country, provide services to enterprises (safeguards interests of national companies abroad and attracts FDI to his country) and reports to MOFA or MOEA, who might be stationed at embassies abroad or operate out of National Capital.

ED= Economic Diplomat - Diplomat who represent his country in other countries (Embassy, Consulate) or at economic or financial UN organisations (WTO, IMF, WB), follows/influence other countries' economic policies, and reports to MOFA, MOBA or Presidency (SANER; YIU, 2001, p.21).

Com o crescimento da importância do comércio e do Investimento Direto Externo (IDE) para o desenvolvimento econômico nacional, os governos têm aumentado os seus esforços para desenvolver a diplomacia comercial nos mercados que consideram relevantes. De acordo com Saner e Yiu (2001) e Naray (2008) os diplomatas comerciais incluem desde servidores civis até diplomatas especificamente treinados para este fim, sendo que algumas tarefas de promoção dos negócios podem também acontecer por meio de instituições “não-diplomáticas”, como organizações de promoção ao comércio, câmaras de comércio ou por consultores que trabalham com ou sob supervisão dos diplomatas comerciais.

De acordo com Barral e Gama (2012, p. 95), a diplomacia comercial pode ser desenvolvida em três grandes áreas: 1) a inteligência comercial. “mediante a coleta, análise e disseminação de informações sobre os mercados (...), identificação de nichos inexplorados, potencial de exportações e investimentos, características locais, arcabouços regulatórios etc.”; 2) a “promoção no exterior de bens, serviços e oportunidades de investimentos, através da organização de missões empresariais, seminários, feiras, eventos temáticos ou sociais, workshops, almoços, entre outros.” e; 3) a “defesa direta dos interesses comerciais de determinado setor, grupos ou mesmo companhias específicas”.

As áreas citadas incluem, seguindo o raciocínio de Barral e Gama (2012), atividades de promoção comercial de bens e serviços, proteção de direitos de propriedade intelectual, cooperação em C&T, promoção da marca país e imagem corporativa e promoção de IDE. Naray (2008, p.4) acrescenta que a *rationale* da diplomacia comercial inclui ainda, entre outros, preocupações estratégicas, “such as government desire to engage in strategic trade policies, support for R&D activities or improved access to (energy) supplies”.

2. A diplomacia econômica chinesa e o interesse pela África

Pode-se dizer que o conteúdo da diplomacia econômica chinesa está intimamente ligado à ascensão da China nas relações internacionais. Como analisa Deng (2008), três aspectos têm caracterizado a política externa chinesa no período pós-guerra fria: 1) a necessidade de se combater o “medo” do mundo com relação à China, uma vez que esse medo dificultaria a criação do ambiente internacional necessário para o fortalecimento das reformas domésticas e do reconhecimento internacional que a China aspira ter; 2) a busca do sucesso diplomático, uma vez que há a percepção por parte do governo chinês de que as reações positivas com relação à ascensão chinesa dependem em grande medida das próprias decisões da China; 3) a criação de um caminho alternativo para o reconhecimento do país como grande potência, garantindo que a China ascenda positiva, segura e pacificamente com relação ao mundo político.

Nesse sentido, a ideia que tem guiado a política externa chinesa é fartamente discursada pelos políticos chineses no uso de expressões como “poder responsável”, “ascensão pacífica”, “paz e desenvolvimento”, “multipolarização”, “mundo multicolorido”, “desenvolvimento pacífico”, “mundo harmonioso” etc. (DENG, 2008, p. 3/4). Por meio dessas expressões, busca-se articular as aspirações chinesas de ascensão com a ideia de responsabilidade, desenvolvimento e paz. Destaca-se que nas últimas décadas, as definições mais rígidas de independência e soberania nacionais foram reconfiguradas e seguiram seu rumo para se tornarem compatíveis com instituições multilaterais e com o caráter interdependente dos relacionamentos que caracterizam as relações internacionais contemporâneas.

Na essência dessas modificações, Deng (2008) aponta a preocupação dos líderes do Partido Comunista Chinês (PCC) na criação de um ambiente internacional condutivo para a sua agenda doméstica de sustentação do crescimento econômico (direcionado pelo Estado e de reformas gradualistas). A questão colocada aos líderes políticos chineses, como coloca Deng (2008, p.2), é como a China pode pavimentar um caminho para um status de grande potência em uma hierarquia internacional dominada pelo ocidente e reforçada pela hegemonia norte-americana, que são fortes o suficiente para tornar inimaginável uma reestruturação radical ou uma ordem mundial alternativa.

Desse modo, mesmo defendendo um caráter reformista, a China tenta se ascender jogando com as regras dadas, mantendo e criando um ambiente internacional que permita ao PCC continuar suas reformas em casa, aumentar o poder e o reconhecimento da China no exterior e reassegurar aos “outros” que o país não constitui uma ameaça, mas ao mesmo tempo, faz crescer sua influência na Ásia e em outros continentes. Ao mesmo tempo em que a China defende seus interesses por meio da participação na ordem internacional que já está colocada, ela está ciente também que a dominância do ocidente não é condizente com o avanço do status do país para a esfera das grandes potências, por isso tem buscando avançar seus interesses nos mais diversos continentes e apoiar a multipolarização das relações internacionais.

A diplomacia econômica chinesa deve ser entendida como parte dessa grande estratégia desenhada pela China para coordenar sua ascensão, atendendo aos objetivos estratégicos de criar um ambiente internacional favorável para a emergência chinesa, criando novos parceiros e ajudando a diluir o “medo”, e provendo os mercados e os recursos necessários para a manutenção do crescimento econômico que permite ao PCC manter uma política econômica doméstica dirigida pelo Estado e de reformas graduais.

Nesse sentido, a diplomacia comercial tem se mostrado um importante instrumento quando se trata de criar e expandir mercados para os produtos chineses e para as empresas chinesas investirem. Como é sabido, a China tem buscado por meio da diplomacia econômica e comercial assegurar fontes de matéria prima e energia ao redor do mundo, consideradas essenciais para a manutenção do seu crescimento econômico, destacando-se sua atuação no continente africano (tanto por meio da diplomacia econômica, por exemplo, em volta do Fórum de Cooperação entre China e África, como da diplomacia comercial, auxiliando a entrada das empresas multinacionais chinesas em variados países):

An unprecedented need for resources is now driving China's foreign policy. A booming domestic economy, rapid urbanization, increased export processing, and the Chinese people's voracious appetite for cars are increasing the country's demand for oil and natural gas, industrial and construction materials, foreign capital and technology.(...) These new needs already have serious implications for China 's foreign policy. Beijing's access to foreign resources is necessary both for continued economic growth and, because growth is the cornerstone of China's social stability, for the survival of the Chinese Communist Party (CCP) (ZWEIG; JIANHAI, 2005)

Desde 1999, as importações chinesas em variados setores vêm crescendo expressivamente, destacando-se a partir de 2003 um aumento expressivo na compra de combustíveis e minerais. Segundo a OMC (2010), 24,9% da pauta importadora chinesa é de combustíveis e produtos minerais. Esse aumento de importações foi, entre outras razões devido ao aumento do déficit de fontes de energia da China, sobretudo do petróleo. Entre 1991 e 2006, o consumo dos chineses, em todas as fontes de energia, cresceu 5,9% a.a., enquanto sua produção cresceu somente 4,8% a.a. (National Bureau of Statistics of China, 2010). Com isso, a demanda de petróleo do país passou a constituir uma parcela expressiva da demanda global por esse produto.

Desse modo, pode-se sugerir que a diplomacia econômica chinesa, bem como sua vertente comercial, tem procurado direcionar ações para garantir o acesso aos recursos que considera necessários para a manutenção do seu desenvolvimento, destacando-se dentre eles o petróleo. É nesse sentido que a África se apresenta como um grande mercado.

Como aponta Taylor (2006), a indústria do petróleo na China passou por uma reestruturação na década de 1990, com o objetivo de atender melhor as demandas do país. Em 1998 o governo reorganizou as operações das empresas estatais de combustíveis, colocando-as sobre o marco regulatório do “State Energy Administration”. No setor de óleo foram estabelecidas duas empresas, a China National Petroleum Corporation (CNPC) e a China Petrochemical Corporation (SINOPEC), ambas na forma de corporações verticalmente integradas do setor de óleo e petroquímico com interesses por toda a cadeia de valor, envolvendo-se em todos os níveis de exploração e produção. A exploração e produção *offshore* foi deixada a cargo da estatal criada ainda em 1982, a *China Offshore Oil Corporation* (CNOOC).

As ações dessas três grandes companhias estatais podem ser entendidas dentro do desenho mais amplo da política externa chinesa e da diplomacia econômica, com iniciativas e atividades que muitas vezes ultrapassam motivos puramente econômicos para sua atuação em outros países. Segundo Taylor (2006), a estratégia é adquirir recursos energéticos estrangeiros com contratos de longo prazo e comprar ativos da indústria de energia. No que diz respeito à África, isso significa adquirir participações na exploração do óleo ou salvaguardar o acesso aos campos. Devido ao fato de essas empresas serem estatais,

China is able to pursue this course even if it means outbidding competitors in major contracts awarded by African governments and paying over the odds. China takes the long-term view of energy security, rather than the short-term view of private western companies necessitated by considerations of profits and shareholders. (TAYLOR, 2006, p. 942).

Em nenhuma outra parte ficou tão evidente a rápida extroversão econômica da China quanto na África. O alcance da política e economia chinesa está redefinindo os laços tradicionais africanos com a comunidade internacional. Angola é atualmente o maior parceiro comercial da China no continente, com, nos últimos três anos, uma média de US\$ 120 bilhões de comércio bilateral por ano (CHINA BRIEFING).

China-Africa friendship is embedded in the long history of interchange. Sharing similar historical experience, China and Africa have all along sympathized with and supported each other in the struggle for national liberation and forged a profound friendship. The founding of the People's Republic of China and the independence of African countries ushered in a new era in China-Africa relations. For over half a century, the two sides have enjoyed close political ties and frequent exchange of high-level visits and people-to-people contacts. Our bilateral trade and economic cooperation have grown rapidly; cooperation in other fields has yielded good results; and consultation and coordination in international affairs have been intensified. (CHINA'S AFRICAN POLICY, 2001).

O marco inicial das relações da República Popular da China com a África foi a Conferência de Bandung, Indonésia, em 1955, onde líderes de 29 Estados asiáticos e africanos se reuniram com o objetivo de promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo dos Estados Unidos, União Soviética e Europa. Foi a primeira conferência a definir imperialismo e racismo como crimes e gerou a idéia do Tribunal da Descolonização, para julgar os condenados por crimes contra a humanidade. Além disso, foi o marco principal do início da ruptura da China com a URSS.

During this early period, China's involvement in Africa was limited and marked by its close alliance with the Soviet Union. Its pro-liberation and anti-imperialist doctrine was developed in co-ordination with Moscow, but in this initial stage its level of direct involvement was perceived to have been relatively low (...) As the decade came to an end, however, relations with Moscow deteriorated along the emerging ideological rift and the Sino-Soviet split dramatically changed Beijing's stance in Africa in the following decade. Faced with Soviet revisionism, Mao adapted its 'Two Camps Theory' into a 'Three Worlds Theory' (...) and which China believed to share its peaceful coexistence principles, anti hegemonic stance and its pledge for a new economic world order (ALDEN, 2008).

Durante os anos 1960, a importância da África para a China cresceu fortemente, não apenas em termos de ganhos de reconhecimento internacional, mas também no seu papel de liderar a revolução socialista no mundo. No entanto, nas décadas seguintes (até a década de 1990) o continente teve importância relativa pequena para a China, uma vez que esta esteve mais interessada em criar laços econômicos com países que possibilitassem seu processo de modernização econômica, no contexto da política de portas abertas (CARVALHO; CATERMOL, 2009; BECARD; LUZ, 2010). Só a partir da década de 1990, no contexto pós-Tianamen, que a China passa a dar nova importância para o continente (TAYLOR, 1998; BARBOSA; BIANCALANA; TEPASSÉ, 2011).

Percebendo uma grande oportunidade na África, foi criado no ano 2000 o Fórum de Cooperação entre China e África (FOCAC), a partir de uma iniciativa chinesa por interesse em petróleo, desenvolvimento econômico além da estratégia de Pequim de avançar com um “novo conceito de segurança”, que pode garantir a ascensão pacífica da República Popular da China como uma potência global e fortalecer as relações com os países vizinhos e regiões.

O fórum é composto por reuniões ministeriais a cada três anos. As conferências têm como objetivo a cooperação entre alguns Estados africanos e a China no que se refere à economia e ao desenvolvimento dos Estados constituintes. A formação do fórum permitiu um amplo fluxo financeiro da China para estados africanos e compras em grande escala de petróleo e matérias-primas. É importante ressaltar que o FOCAC torna-se representativo não só das relações sino-africanas como também do surgimento de novas configurações de poder, tendo em vista que tanto os Estados Unidos como os estados europeus têm perdido espaço comercial e diplomático no continente africano.

Em 2009, na última conferência, a China anunciou oito novas medidas políticas a fim de fortalecer as relações com a África, mais focadas em melhorar a vida da população. A China implantaria cem novos projetos de energia limpa no continente com energia solar, biogás e redução gradual dos impostos alfandegários em 95% dos produtos de países africanos com os quais possui relações diplomáticas. Também foram anunciados cem projetos experimentais voltados para a pesquisa tecnológica e científica, onde a China receberia cem africanos pós-doutorados para pesquisarem e retornarem a seus países bem instruídos. A China também forneceria equipamento médico e material anti-malária para trinta hospitais e trinta centros de tratamento e prevenção à malária, construídos pela China, e treinaria 3000 médicos e enfermeiras para a África, entre outros projetos educacionais e profissionais previstos para os próximos três anos (GHSi, 2011).

Sabemos que a política interna chinesa é baseada na estabilidade, no desenvolvimento interno focado, na promoção da ordem baseada na legitimidade, uma vez aprendida à lição de que é necessária uma administração pública forte e orientada a resultados (DENG, 2008). Como a China, depende do fornecimento de matéria-prima de outros países para garantir sua produção e sustentar seu ritmo de crescimento, os últimos dez anos testemunharam um crescimento significativo da presença de empresas chinesas na África. A China e algumas de suas maiores empresas são agora players relevantes em alguns países africanos. Desde o início da crise de 2008, as empresas chinesas fizeram em torno de 50 tentativas de aquisição, sendo concretizadas 24, totalizando mais de 17 bilhões de dólares (Revista Exame, 2011).

A partir dos dados recolhidos ao longo desta pesquisa, notamos a importância dos chineses na construção de infraestrutura e de fornecimento de crédito à África; além disso, o comércio entre os países já ultrapassa 100 bilhões de dólares anuais. Nos últimos nove anos, o volume de negócios cresceu a um ritmo médio anual de 27%. Uma das maiores conquistas da China foi a aquisição de 20% do banco sul-africano Standard Bank pelo Industrial and Comercial Bank of China em 2008 no valor de 5,5 bilhões de dólares (O país, 2011). Atualmente, a colaboração chinesa resulta, também, no desenvolvimento de mais de 900 projetos em todo o continente, desde fábricas têxteis, centrais hidroelétricas até estádios, hospitais e escolas.

3. As relações sino-angolanas

“Angola é um país com uma enorme importância estratégica, tanto a nível regional como internacional, nomeadamente no que diz respeito aos seus recursos naturais e ao papel que pode vir a desempenhar como potência na região.” PUREZA (2005).

O petróleo é um item decisivo, mas as relações da China com Angola vão além da garantia de fornecimento, por contratos comerciais e por construção da infraestrutura para a extração e a exportação do óleo. As empresas estatais chinesas presentes no país estão envolvidas em muitos e variados projetos de infraestrutura social e de construção de equipamentos públicos de educação, saúde e transportes. O financiamento desses projetos está a cargo do Eximbank chinês e o Ministério das Finanças da China, com instrumentos próprios para a seleção e o acompanhamento dos projetos.

Para Angola, a principal motivação é obter recursos financeiros e técnicos para reconstruir o país e para viabilizar a exploração de recursos naturais.

O conflito em Angola dizimou setores como a agricultura, a transformação dos produtos agrícolas e o comércio interno e destruiu um mercado nacional unificado e infraestruturas físicas, como as linhas ferroviárias, as pontes, as centrais elétricas, as vias de comunicação e os sistemas hidroelétricos (PUREZA, 2005).

A economia de Angola está ligada fortemente à produção de bens primários. O petróleo representa 95% das exportações – é o segundo maior produtor da África, atrás apenas da Nigéria (OPEC, 2012.).

O petróleo tornou-se a principal fonte de renda de Angola em 1973, meros cinco anos após sua primeira aparição nas estatísticas mundiais de exportação, e 18 anos após o início das operações do primeiro poço petrolífero comercial do país. Essa commodity impactaria de forma drástica os interesses políticos (SOGGE, 2009).

O país tem também grandes reservas de diamantes, cobre, manganês, fosfato, sal, chumbo e ouro. A reserva de gás natural é estimada em 297 bilhões de m³, a segunda maior da África (Ministério da geologia, minas e indústria, 2011).

Angola é um dos países com maior quantidade de solos cultiváveis do continente, capazes de suportar duas colheitas por ano. Antes da guerra civil, o país era auto-suficiente na maioria dos alimentos cultivados e um dos maiores produtores de café, sisal, óleo de palma, banana e cana de açúcar. Embora ainda não tenha se recuperado das perdas da guerra civil - apenas 3% dos seus oito milhões de hectares de terra fértil estão sendo utilizados (CCIA), a agricultura cresceu 25,9% em 2009 e 11,5% em 2010, com ajuda de doadores internacionais e linhas de crédito externas. Os investimentos na agricultura são tidos como estratégicos para compensar a futura diminuição das reservas de petróleo.

O envolvimento chinês em Angola começou na luta anticolonial, mas o apoio à União pela Independência Total de Angola – UNITA, um dos grupos que lutavam contra o colonialismo português, levou Pequim a não reconhecer a independência, proclamada em 1975 pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola – MPLA, ligado à URSS. As relações diplomáticas formais foram estabelecidas em 1983 apenas em 1983 e o relacionamento só avançou na década de 1990, quando Angola se tornou o segundo maior parceiro comercial da China na África, depois da África do Sul.

No início o relacionamento se baseava em questões de defesa e de segurança, já que Angola ainda vivia em guerra civil. Com o final dos conflitos, em 2002, a relação sino-angolana deu um enorme salto, em especial na área econômica. A partir daí, houve aumento significativo das relações bilaterais em todas as áreas e visitas de oficiais do governo são frequentemente feitas pelos dois lados (Quadro 1).

QUADRO 1 - Visitas bilaterais de oficiais de Estado entre China e Angola

Senior Visitors to Angola from China	Senior Visitors to China from Angola
Gong Dafei, vice minister of foreign affairs (May 1983)	José Eduardo dos Santos, president (October 1988 and October 1998)
Qian Qichen, minister of foreign affairs (August 1989)	Fernando José de França Dias Van Dunem, speaker of the National Assembly (November 1993)
Zhu Rongji, deputy prime minister (August 1995)	De Mora, minister of foreign affairs (March 1994)
Li Zhaoxing, vice minister of foreign affairs (April 1996)	Lopo do Nascimento, general secretary of the MPLA (September 1998)
Ji Peiding, assistant minister of foreign affairs (September 1997)	Kundy Payama, defense minister (May 2000)
Tang Jiaxuan, minister of foreign affairs (January 2001)	João Lourenço, general secretary of the MPLA (May 2000)
Li Tieying, member, political bureau, Central Committee of the Communist Party (October 2001)	Roberto de Almeida, speaker of the National Assembly (May 2001)
Wang Wenyan, vice president, Chinese People's Political Consultative (April 2002)	Manuel Vicente, CEO, Sonangol (March 2004)
Yang Wenchang, vice minister of foreign affairs (July 2002)	Fernando da Piedade dos Santos, prime minister (May 2004 and November 2006)
Zeng Peiyuan, deputy prime minister (March 2004 and February 2005)	João Bernardo de Miranda, minister of foreign affairs (May 2004)
Yang Zilin, president, China EximBank (September 2004)	General Agostinho Nelumba Sanjar, commander of the Angolan Armed Forces (June 2005)
Lü Xinhua, vice minister foreign affairs (July 2005)	Joaquim Icuma Muafuma, minister of commerce (September 2006)
Jiang Yaoping, vice minister of information industry (November 2005)	Irene Neto, vice minister of foreign affairs (September 2006)
Wen Jiabao, prime minister (June 2006)	Antonio Burity da Silva, minister of education (October 2007)
Li Ruogu, president, China EximBank (September 2007)	

Fonte: CAMPOS e VINES, 2007

O petróleo é o principal produto nas trocas comerciais entre China e Angola, ao lado das aplicações em infraestrutura pelas empresas chinesas. Há também muitas iniciativas de empresas chinesas em recursos minerais (ferro, cobre, diamante e ouro), agricultura, pecuária e pesca, gás natural, energia hidroelétrica e biocombustíveis.

O diamante, matéria-prima de Angola com maior volume de exportação depois do petróleo, também é um importante insumo do relacionamento entre China e Angola. Segundo a Empresa Nacional de diamantes de Angola, Endiama, a China ultrapassou os Estados Unidos da América como maior comprador de diamantes angolanos.

3.1 A China no setor petrolífero de Angola

Em novembro de 2000, depois de um concurso internacional, o Governo de Angola contratou uma empresa de consultoria (KPMG) para efetuar um diagnóstico financeiro e criar um sistema de monitoramento das receitas petrolíferas do Estado. Essa tarefa foi empreendida com o apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Para acompanhar esse importante trabalho, o Governo criou um Grupo Técnico composto por quadros qualificados de diversas instituições chave: Ministério das Finanças, Banco Central, Ministério dos Petróleos, Ministério do Planejamento e Sonangol.

Criada em 1976, o Grupo Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) é a mais poderosa empresa estatal petrolífera angolana. Responsável pela administração e exploração do petróleo e gás natural em Angola, a Sonangol coopera, principalmente, com companhias internacionais de petróleo por meio de joint ventures e acordos de partilha de produção. Desempenha diversas funções de âmbito comercial, regulador ou fiscal, e contém cerca de 30 empresas subsidiárias que operam setores diversos. Possui várias subsidiárias, que normalmente têm a própria Sonangol como cliente, tendo ainda presença no Congo, Cabo Verde e na China, através da China Sonangol Resources Enterprise Ltd (SONANGOL).

A atividade de *upstream* exercida pela Sonangol compreende a concessão de exploração, a prospecção e exploração de petróleo bruto no território e na costa marítima angolanos e num futuro próximo incluirá também a exploração das reservas nacionais de gás natural (SONANGOL).

Não obstante a sua condição de companhia petrolífera nacional, antes de 1993 a Sonangol não podia exercer a exploração de hidrocarbonetos em Angola. Motivo este que fazia com que as concessões para prospecção e exploração do petróleo em Angola fossem exclusivamente atribuídas a companhias estrangeiras (SONANGOL).

De acordo com ALVES (2007):

A Sonangol tem vindo a desempenhar, desde a sua fundação, em 1976, um papel essencial no jogo da indústria petrolífera angolana. Em 1978, altura da promulgação da primeira Lei do Petróleo, foi-lhe acometida a tarefa de ser a concessionária exclusiva dos recursos petrolíferos. Hoje, a Sonangol é um universo vasto com múltiplos contratos de parceria com outras empresas petrolíferas, quer sob a forma de partilha de produção, quer em contratos de associação em participação. Desde início dos anos 90 que está constituída como uma holding com diversas atividades, desde a pesquisa à produção. Participa também em múltiplas outras empresas (ALVES, 2007)

No que respeita à organização econômica, o Estado apresenta-se como o principal regulador da economia e coordenador do desenvolvimento econômico nacional harmonioso (ALVES, 2007).

Na segunda camada de poder, Sonangol (Petroliera Estatal Angolana), e em menor extensão, a Endiama (Empresa Nacional de Diamante de Angola), também desempenham papéis cruciais tanto no gerenciamento Estatal quanto na estratégia financeira da MPLA.

As receitas do petróleo (angolanas) estão totalmente nas mãos da Sonangol, que é controlada pelo Presidente e, deste modo, em grande parte fora do controle do governo e da supervisão administrativa. Por outro lado, o Presidente autorizou contratos de empréstimos garantidos por petróleo que não estão sancionados por legislação internacional nem interna, que não estão adequadamente contabilizados no orçamento estatal, e claramente hipotecam o futuro do país em negócios financeiros que estão ligados ao regime, e não ao Estado (PUREZA, 2005).

O petróleo *offshore* angolano foi dividido em 76 blocos, dos quais 35 estão ativos. O quadro 2 mostra a presença de grandes companhias mundiais de petróleo. O Bloco 0 e o Bloco 15 compõe a maioria da produção petrolífera angolana (SINOPEC).

Analisando os blocos angolanos, há atividades chinesas no bloco 3/80, no qual em 2004 a Sinopec lutou arduamente para conquistar os direitos de produção na área. A oferta desta empresa incluía uma linha de crédito do China Eximbank de USD2 bilhões. Isso ajudou a adoçar o negócio, e a Sonangol decidiu a favor da Sinopec e não estendeu a licença completa à Total (um dos maiores grupos de petróleo e gás do mundo).

A companhia petrolífera Beya, uma das pioneiras companhias chinesas a investir no exterior, chegou à África em 2003, mudou seu nome para Dayuan meses depois e já em 2004 firmou a primeira joint venture com a angolana Escom, denominada China Beiya Escom International Limited, com 60% para Dayan e 40% para a Escom. A Escom optou por estabelecer uma estratégia de parcerias e servir de elo entre grandes grupos internacionais e parceiros locais. (LEVKOWITZ, 2009).

Após o acordo do China Eximbank com o governo angolano, discutido mais à frente, a Sinopec (*China Petroleum & Chemical Corp*) tentou adquirir o bloco petrolífero 18 para entrar no mercado (CHINA BUSINESS NEWS, 2009). Apesar de ser a grande mandante (quem possui mais ações) do bloco, a Shell, antes de decidir retirar-se, acordou a venda de sua parte para uma empresa estatal indiana. No entanto, a joint venture Sonangol Sinopec International (SSI) criada pelas empresas Dayuan (31,5%), CSIH(13,5%) e Sinopec (55%), acabou por ficar com o bloco. A SSI não pode ser caracterizada como uma companhia nacional de petróleo clássica é referida no Relatório de 2007 do Ministério do Petróleo de Angola como “companhia petrolífera privada”.

A Sinopec é, portanto, uma das poucas empresas públicas chinesas que conseguiu ser incluída nessa rede de negócios. Em 2006, a *Sonangol Sinopec International*, uma parceria entre o grupo Sinopec e a estatal petrolífera angolana Sonangol, ofereceu os melhores preços na licitação de 27,5 por cento, 40 por cento e 20 por cento dos blocos petrolíferos 17, 18 e 15 em Angola, respectivamente. Atualmente, o grupo Sinopec controla mais de 5 milhões de toneladas de petróleo

naquela região do planeta, mas analistas citados pelo jornal adiantam que a totalidade desses ativos não deverá ser transferida para a empresa cotada (SINOPEC).

A Sinopec é uma empresa chinesa de energia e fornecedora de produtos químicos e derivados do petróleo, com experiência em exploração onshore e offshore de óleo cru e gás natural, processamento, refino, distribuição, transporte e comercialização. Em 2009, a Sinopec passou a ocupar o nono lugar na lista das 500 maiores empresas do mundo, segundo a publicação Forbes (FORBES, 2009).

As operações internacionais da companhia marcaram bons resultados em 2010. Os ativos no exterior, faturamento e o lucro representaram 31%, 27% e 14% do total de representatividade da companhia, respectivamente, em um Ranking internacional de empresas de energia e produtos químicos. No fim desse mesmo ano, 448 contratos de serviço foram executados em 35 países avaliados em USD 9,48 bilhões.

Nos últimos sete anos, o Fundo Internacional da China ou também conhecido como China Sonangol, tem assinado contratos de bilhões de dólares por petróleo, minerais e diamantes em toda a África. Um dos participantes desse fundo é o chefe executivo da Sonangol, Manuel Vicente, além dele, empresários cantoneses e parceiros africanos são os outros responsáveis por essas transações.

Nunca foram publicados, segundo o The Economist (2011), os meios pelos quais a China Sonangol compra o petróleo angolano, mas há informações de que o Sindicato compra o petróleo a um preço muito baixo, fixado em 2005 (\$55) e vende na China pelo atual preço de mercado (aproximadamente \$100). Em outras palavras, o lucro do sindicato pode ser substancial. Ao longo dos anos, considerando o volume de petróleo que é vendido na China, seu lucro pode ser de dez bilhões de dólares. Partes do comércio petrolífero entre Angola e China parecem estar contaminadas por conflitos de interesse.

Oil is at the crux of the Sino-Angolan relationship and a main driver of China's expanding relations with south-central African country. Major aspects of relations between the two countries are China's loans in exchange for oil as well as involvement in Angolan infrastructure." (CHINA BRIEFING, 2011)

Também em 2004, Sonangol e Sinopec estabeleceram uma *joint-venture*, *Sonangol Sinopec International Ltd.*, por meio da qual cooperaram na produção do petróleo e refinamento. Essas atividades do grupo se estenderam também aos Blocos 15, 17 e 18. Nesses blocos, Sinopec e CNOOC (*China International Offshore Oil Corporation*) ganharam direito à exploração e produção, em cooperação com a Sonangol e outras IOCs (Companhias Internacionais de Petróleo). Em 2009, CNOOC e Sinopec compraram 20% do bloco 32 da *Marathon Oil Corporation* (Americana) por USD 1,3 bilhão (CHINASONANGOL, 2012).

Já o Bloco 18, tem 50% de sua expansão pertencente à Sinopec, que o comprou por US\$ 2,46 bilhões em Março de 2010, sendo esta sua primeira aquisição de ativos no exterior. Como a maior refinadora de petróleo da Ásia, a Sinopec está sempre em busca de investimentos em gás e em petróleo do exterior para suprir à crescente demanda da China por energia. A aquisição foi paga em dinheiro e empréstimos bancários, e as expectativas na época eram de que isso ajudasse a crescer em 3,6% as reservas de petróleo da Companhia, equivalente a 102 milhões de barris. A produção diária de petróleo cresceria em 8,8%, ou 72.520 barris (CHINASONANGOL, 2012).

3.2 O apoio financeiro estatal e a atuação ampla de empresas chinesas em Angola

As relações financeiras entre China e Angola intensificaram-se a partir de 2003, quando o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da República Popular da China assinaram o Acordo Quadro que estabeleceu as bases de uma nova cooperação econômica e comercial.

Em março de 2004 o EximBank chinês emprestou US\$ 2 bilhões a Angola para a reconstrução do país, pagáveis em 12 anos, em troca de petróleo.

O Acordo de crédito assinado com o EximBank foi dividido em duas partes iguais, a primeira lançada em dezembro de 2004 e a segunda em março de 2007. Os recursos foram destinados a projetos de reconstrução nacional aprovados previamente pelo Grupo de Trabalho

Conjunto, formado pelo Ministro das finanças angolano e pelo Ministro das relações exteriores e do comércio chinês. A primeira fase envolveu 27 contratos correspondendo a 50 projetos - 12 do setor da saúde, 20 da educação, 8 no setor de água e energia, 6 de agricultura, 1 de transporte, 1 de comunicação social e 1 de obras públicas, com valor total de US\$ 1,1 bilhão. Até dezembro de 2007, 44 projetos já haviam sido concluídos, com sete firmas chinesas envolvidas (Ministério das Finanças de Angola). Na segunda fase foram implementados mais 18 contratos envolvendo 57 projetos, inclusive alguns não finalizados da primeira fase.

QUADRO 2 - Projetos da Fase I

Projeto	Local	Área	Valor do contrato e período de execução	Empresa responsável
Construção de 2 Institutos Médios Agrários	Províncias do Bié) e Huambo	Educação	USD. 45.562.685,1 em 16 meses	SINOHYDRO
Reconstrução do Instituto Agrário	Quêssua, em Malange	Educação	USD. 19.950.351,06 em 12 meses	CNMEC
Construção de Institutos Politécnicos	2 na província de Benguela e 4 em Luanda	Educação	USD. 58.938.709,20 em 13 meses	CNMEC
Construção de Escola Secundária	1 na província de Benguela e 3 em Luanda	Educação	USD. 17.959.601,79 em 13 meses	CAMC
Construção de Instituto politécnico	Sumbe	Educação	USD. 9.630.700,98 em 13 meses	CAMC
Construção de duas Escolas Secundárias	Província de Malange	Educação	USD. 7.978.297,20 em 13 meses	SINOHYDRO
Construção de um Instituto Politécnico e de uma Escola Secundária	Província da Huíla	Educação	USD. 14.313.018,63 em 13 meses	SINOHYDRO
Construção de dois Institutos Médios Agrários	Províncias do Kwanza-Sul e Kwanza-Norte	Educação	USD. 45.825.306,72 em 16 meses	CAMC
86 Ambulâncias		Saúde	USD. 4.386.000,00	SINOHYDRO
Construção 1 Centro de Saúde	Huambo	Saúde	USD. 4.003.477,00 em 12 meses	SINOHYDRO
Construção de 3 Centros de Saúde	Malange	Saúde	USD. 12.010.431,00 em 15 meses	SINOHYDRO
Construção de 2 Hospitais Municipais	Kwanza Norte e Kwanza Sul	Saúde	USD. 18.527.728,00 em 15 meses	CAMCO
Construção de 2 Centros de Saúde	Kwanza Norte	Saúde	USD. 8.006.954,00 em 12 meses	CAMC
Construção do Hospital Municipal	Namibe	Saúde	USD. 9.263.864,00 em 15 meses	SINOHYDRO
Aquisição de Equipamento, Máquinas e Alfaias Agrícolas		Agricultura	USD 22.368.090,00 em 6 meses	
Fornecimento de Equipamentos Agrícolas para a MECA NAGRO		Agricultura	USD 32.079.124,00 em 6 meses	
Irrigação	Luena, Caxito, Gandjelas e Waco Kungo	Agricultura	USD 95.306.000,00 em 18 meses	SINOHYDRO
Projeto de Reconstrução da LT de 60 Kv	Quifangando – Mabubas	Energia	USD 14.594.171,56 em 17 meses	CMI
Projeto de Construção da LT 220 kV	Capanda-Lucala - Ndalatando	Energia	USD 28.248.625,00 em 18 meses	CMEC
Projeto de Reabilitação e Expansão da Rede Elétrica	Luanda – fase II	Energia	USD 44.509.315,02 em 24 meses	CMIC
Projeto de Construção da 3.ª LT de 220 kV e de Reforço da Rede de AT	Luanda	Energia	USD 38.367.701,00 em 17 meses	CMEC
Construção da nova subestação Luanda Sul			USD 29.516.582,00 em 17 meses	CMEC
Projeto de Reabilitação Parcial do Sistema de Abastecimento de Água	Luanda	Água	USD 44.695.419,00 em 15 meses	CMEC
Projeto de Reabilitação do sistema de abastecimento de água	Huambo	Água	USD 22.374.027,00 em 15 meses	CMEC
Projeto de Reabilitação do sistema de abastecimento de água	Caxito, Catete e Uíge	Água	USD 21.539.269,00 em 17 meses	CEIE
Apoio ao Transporte Rodoviário		Transporte	USD 13.840.468,00 em 6 meses	

Fonte: Compilado pelas autoras de acordo com o Ministério das Finanças angolano

Em 2006 o Ministério das Finanças de Angola e o Eximbank da China assinaram um acordo de financiamento com outros US\$ 2 bilhões, para financiar mais cem projetos no país, destacando-se: reabilitação e expansão da rede elétrica de Luanda, Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe; reforço do sistema de abastecimento e melhoria de água na cidade de Luanda; aquisição de 1500

viaturas de polícia; construção de infraestrutura integrada em Cabinda, Zaire e Malange e do Centro de Produção da TPA-II (Televisão Pública de Angola).

Em junho de 2006, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao passou pouco mais de 20 horas em Luanda, numa visita integrada num périplo por vários países africanos. Não surpreendeu os observadores atentos o anúncio da assinatura de um “Memorando de Entendimento com vista à Concessão de um Crédito Adicional” de mais 2 mil milhões de dólares, a que se somaram 7 contratos individuais de crédito dirigidos aos sectores das telecomunicações e das pescas (ALVES, 2007)

Além disso, em maio de 2007, uma extensão de USD 500 milhões foi negociada com o EximBank para financiar ações complementares aos projetos da primeira fase que não tiveram orçamento suficiente.

Não existe em Angola obrigatoriedade de investidores externos se associarem a investidores nacionais para implementar projetos, com exceção de setores como petróleo, diamantes, comunicação social, transporte aéreo.

Para cada projeto que era proposto, o governo chinês propunha três ou quatro companhias chinesas para o trabalho e todos os projetos eram inspecionados por terceiros que não faziam parte da linha de crédito. O GAT, Gabinete de apoio técnico de gestão da linha de crédito da China, é este grupo que inspecionava os projetos em várias áreas. Eles eram os responsáveis por administrar as obras públicas assim como ter certeza de que haveria empregados treinados o suficiente para que, depois da finalização dos projetos, pudessem exercer um trabalho específico, como enfermeiras, professoras e etc.

De acordo com os procedimentos acordados entre o Ministério das Finanças e o EximBank, o empréstimo funciona como uma conta-corrente. A utilização do financiamento só pode ser feita por ordem do Ministério das Finanças, com base em faturas apresentadas pelos empreiteiros e visadas pelos donos das obras e respectivos fiscais. Contudo, para evitar desvios, os desembolsos são feitos diretamente do EximBank para os empreiteiros sem passar por nenhuma outra conta. Esses desembolsos dão lugar aos registros de dívida efetuados pelo próprio ministério e pelo Banco Nacional de Angola. Assim que o projeto é concluído inicia-se o pagamento da dívida. As receitas de petróleo que servirão para pagar a dívida são depositadas em uma conta bloqueada e assim a dívida vai sendo diminuída.

Um dos maiores problemas dessa linha de crédito é o fato de que os projetos implementados criam poucos empregos em Angola, com a cláusula de que 70% da mão de obra deve ser chinesa. Estima-se que há mais de 100 mil chineses trabalhando em Angola hoje. Os chineses apontam alguns motivos para essa exigência. Um deles é a barreira do idioma: pouquíssimos chineses falam Português, são raros os angolanos que falam mandarim ou inglês e grande parte da população angolana é analfabeta. Há também o costume angolano do pagamento adiantado, em dinheiro, o que pode comprometer as entregas em relação a qualidade e a tempo. Por último, há a tradição de que os chineses, no geral, são bem disciplinados, rígidos e que cumprem o que prometem sendo menos exigentes quanto a benefícios. Assim, as empresas chinesas presentes no país preferem trazer trabalhadores da China a contratar trabalhadores locais.

Em 2005, o Fundo Internacional da China Ltda. (CIF) emprestou US\$ 2,9 bilhões para ajudar a reconstrução de Angola, a serem administrados pelo Gabinete de Reconstrução nacional (GRN), fundado em outubro de 2004 para administrar a construção de grandes projetos e assegurar a rápida e eficiente reconstrução de infraestrutura, subordinado ao Presidente da República. Alguns projetos designados a ter um rápido início pelo GRN foram a reabilitação de estradas e a construção do novo aeroporto internacional de Luanda.

Em 2007, muitos desses projetos não foram finalizados. Embora a CIF tenha tido problemas em levantar fundos para completar os projetos, o GRN admitiu falta de planejamento por parte deles, pois não levaram em consideração vários fatores que deveriam em um país com precariedade de infraestrutura, devastadas pela guerra. Além disso, empresas chinesas contratadas para a construção e que completaram seus trabalhos reclamaram que não foram devidamente pagas pela CIF, atrasando outros projetos. (CAMPOS E VINES, 2007 pag. 9)

QUADRO 3 - Principais empresas chinesas no setor de infraestrutura

<p>A CITIC (China International and Trust Investment Corporation), empresa chinesa de construção de infra-estrutura, está desde agosto de 2009 envolvida num projeto de construção de habitação destinada a 200 mil pessoas, com um valor de USD 3,5 bilhões. Prevê-se a conclusão desse grande projeto no Município de Kilamba Kiaxi, em Luanda, em Outubro de 2011. Mas a CITIC é uma das empresas que tem revelado interesse em expandir os seus investimentos a outras áreas como a exploração mineira e a agricultura.</p>
<p>A China Nantong Holding Corporation e a Pan-China Construction limited são duas empresas interessadas e envolvidas na construção de bairros habitacionais. A primeira construiu em Novembro de 2008 a zona residencial da Funda (Luanda) em um projeto de USD 300 milhões. A segunda tem o contrato da construção da nova cidade do Dundo, na Província de Luanda Norte.</p>
<p>A Sinohydro é uma empresa ligada à construção e à energia elétrica envolvida na reconstrução de Angola. Em setembro de 2009, a empresa obteve contratos num montante de 2,4 bilhões de dólares, dos quais 1 bilhão teve origem na linha de crédito concedida pelo Eximbank. Entre os 51 projetos em curso a cargo da Sinohydro, estão os Estádios de Benguela e Lubango, o Aeroporto de Saurimo, e atualmente, a Sinohydro tem trabalhado na recuperação de escolas em várias províncias angolanas, de estradas na Província do Bié (junto de outras empresas estrangeiras) e na construção de nove pontes.</p>
<p>A China International Fund limited (Fundo Internacional da China) foi responsável pela reconstrução de infraestrutura em países em desenvolvimento, apostando em aeroportos, estradas, estradas de ferro, zonas industriais ou centros logísticos. Engajada no projeto do novo Aeroporto de Luanda.</p>

Considerações finais

No caso concreto de Angola, nós saudamos a postura pragmática e a cooperação multiforme que a República Popular da China mantém com Angola e que permite acelerar a reconstrução do nosso país, dilacerado por quatro décadas de guerra (Discurso do Presidente José Eduardo dos Santos, durante a visita do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao a Angola em junho de 2006).

As relações com Angola ilustram a diplomacia econômica da China em relação a países exportadores de recursos naturais indispensáveis para sua segurança energética e para a sustentação de seu crescimento econômico. Nos anos 1990, a China conseguiu superar as sequelas deixadas por seu apoio a grupos hostis ao MPLA e estabeleceu relações políticas com o governo de Luanda focadas na segurança e no processo de paz.

Na sequência, com apoio da grande capacidade financeira de seu EximBank e de fundos detentores de recursos em moeda forte, desenvolveu política de penetração de suas grandes empresas estatais, com a estratégia de apoiar programas de reconstrução e criação de infraestrutura, necessária para Angola, às vezes com dificuldades para comercializar seus grandes recursos naturais, e também para a China, preocupada em assegurar fornecimento estável de recursos essenciais para sua segurança e para seu crescimento econômico.

As empresas petrolíferas estatais desenvolvem na China ampla atuação nas áreas de infraestrutura ligadas a suas atividades típicas, mas também em projetos de desenvolvimento humano, nas áreas de saúde e de educação.

A atuação da China em Angola combina diferentes instrumentos diplomáticos, com base na ampla gama de recursos de que dispõe hoje e também nos seus interesses estratégicos gerais.

Referências

- ALDEN, Chris; ALVES, Cristina. *History & Identity in the Construction of China's Africa Policy. Review of African Political Economy*. Routledge, 2008.
- ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. **Negócios Estrangeiros**. Fevereiro de 2007.
- BARBOSA, A. F; BIANCALANA, M. N; TEPASSÊ, A.C. A Ascensão Chinesa e os Impactos sobre a América Latina e a África: Objetivos Comuns, Estratégias Diferenciadas. In: **Anais do XI Congresso luso afro brasileiro de Ciências Sociais**, 2011.
- BARRAL, Welber; GAMA, Rubens. Diplomacia Comercial no Século XXI. In **Política Externa**, vol. 21, No. 2, set/out/nov, 2012.
- BECARD, D. S. R.; LUZ, A. J. Presença da China na América Latina: contribuições para o desenvolvimento da região. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 48, p. 77-96, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>> Acesso em 05 out 2011.
- CABESTAN, Jean-Pierre. China's Foreign- and Security-policy Decision-making Processes under Hu Jintao pg. 86-87. **Journal of Current Chinese Affairs**, 2009.
- CAMPOS, Indira. VINES, Alex. **China and India in Angola IN The rise of China and India in Africa. Challenges, Opportunities and critical interventions**. Zed Books. Londres, 2010.
- CAMPOS, Indira. VINES, Alex. **Angola and China: a Pragmatic Partnership**. IN CSIS Conference, "Prospects for Improving U.S.-China-Africa Cooperation," Chatam House, Londres, 2007
- CARVALHO, C; CATERMOL, F. As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações. In: **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-152, jun, 2009.
- DENG, Yong. **China's Struggle for Status: the realignment of international relations**. Cambridge University Press: New York, 2008.
- ESTEVES, Dilma. **Relações de Cooperação China-África: o caso de Angola**. (Teses de Mestrado) pg. 47. Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- GHSi (Global Health Strategies initiatives): Mudando o Paradigma – Como os Brics estão transformando a saúde e o Desenvolvimento Globais. 2011
- HARE, Paul. **China in Angola: An Emerging Energy Partnership Publication**. China Brief Volume: 6 Issue: 22 May 9, 2007 Category: China Brief, Foreign Policy
- MORAIS, Rafael Marques de. The New Imperialism: China in Angola. Al-Jazeera, CCUN, April 4, 2011
- MEDEIROS, Evan S. **China's International Behavior - Activism, Opportunism, and Diversification** pg 52-70. 2009
- MELISSEM, Jan: **Innovation in Diplomatic Practice** pg XVI – XVII 1999
- MCCORMICK, Dorothy: China & India as Africa's New Donors: The Impact of Aid on Development. **Review of African Political Economy**, 35:115, 73-9. 2008
- MONGIARDIM, Maria Regina: Diplomacia - Coimbra : Almedina, pg 2007.
- NARAY, Olivier. Commercial Diplomacy: a conceptual overview. **7th World Conference of TPOs** – The Hague, The Netherlands, 2008.
- OPEC: Monthly Oil Market Report, maio 2012
- PUREZA, José Manuel. **Prevenção de conflitos armados, cooperação para o desenvolvimento e integração justa no sistema internacional**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2005.
- ROQUE, Paula Cristina. Angola's Façade Democracy. **Journal of Democracy**. Volume 20, Number 4, October 2009. Pag. 328
- SATOW, Ernest. **Satow's Guide to Diplomatic Practice**, Longman, 1979.
- SANER, Raymod; YIU, Lichia. International Economic Diplomacy: mutations in post-modern times. In **Discussion Papers in Diplomacy**.2001.

- SOGGE, David. **Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido.** FRIDE. Abril de 2009.
- TAYLOR, Ian. China’s foreign policy towards Africa in the 1990s. **The Journal of Modern African Studies**, 36/3, 1998.
- TAYLOR, Ian. China’s oil diplomacy in Africa. **International Affairs**, vol. 82, No. 5 (sep.1, 2006), pp. 937-959.
- ZWEIG, David and JIANHAI, Bi. **China’s Global hunt for energy.** Foreign Affairs, setembro/outubro de 2005.

Webgrafia:

- Linha de crédito com o Eximbank da China: Projetos Concluídos. República de Angola. Ministério das Finanças. Gabinete de Apoio Técnico – Linha de Crédito/Eximbank da China. Junho de 2008. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/fsys/China_Projectos_concluidos%20_2008.pdf> Acessado em 10/01/2011
- Esclarecimento sobre a linha de crédito da China. República de Angola. Ministério das Finanças. 17 de outubro de 2007 Disponível em: <<http://www.minfin.gv.ao/fsys/comunicadochina17oct07.pdf>> Acessado em 10/01/2011
- SONANGOL. História da Sonangol. Disponível em: <[http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3gDC2NnH0NjAxdHA38Pb1NDlyBDAwjQDwfpAKrAARwN9P088nNT9Quy88oBiDi2Qg!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMDgzQ0wxMzBEQTBPSEs1MTIPMTAwMDAwMDA!/>](http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3gDC2NnH0NjAxdHA38Pb1NDlyBDAwjQDwfpAKrAARwN9P088nNT9Quy88oBiDi2Qg!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMDgzQ0wxMzBEQTBPSEs1MTIPMTAwMDAwMDA!/) acessado em 15/09/2011
- SINOHYDRO. About us. Disponível em: <<http://eng.sinohydro.com/en/index.asp>> Acessado em 25/08/2011.
- ZAO, Shelly The China-Angola Partnership: A Case Study of China’s Oil Relations in Africa IN CHINA BRIEFING. Disponível em: <<http://www.china-briefing.com/news/?s=angola>> acessado em 26/05/2011
- Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil. Rubricados acordos entre Angola e China. IN Mundo em Português. 24/05/2011. Disponível em: <http://www.camaraportuguesa.com.br/default.asp?pag=noticias&id_noticia=-9996> Acessado em 14/09/2011
- THE ECONOMIST. China International Fund. The Queensway syndicate and the Africa trade. Agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21525847>> Acessado em 20/08/2011
- O país. China de olho em África. Disponível em: http://www.opais.net/pt/opais/?det=14382&id=2014&utm_medium=referral&utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_content=Capas Acessado em 15/05/2012
- Revista Exame. O dragão vai às compras. Disponível em: http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0952/noticias/dragao-vai-compras-498404?page=1&slug_name=dragao-vai-compras-498404 Acessado em 15/05/2012
- British Petroleum. Disponível em: <<http://www.bp.com/subsection.do?categoryId=4&contentId=2006741>> acessado em 13/08/2011
- Constituição da República de Angola. 2010. IN Embaixada da Angola. Disponível em: <<http://www.angolaembassy.org.il/documents/AngolaConstitution05.02.2010.pdf>> acessado em 08/08/2011
- Estudos Econômicos e financeiros. Angola. BPI. Março de 2009. Disponível em: <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf> acessado em 08/08/2011
- FOCAC. Fórum de Cooperação entre China e África. Disponível em: www.focac.org/eng acessado em 15/05/2012

Guia de Investimento em Angola. GLA Advogados. Janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.plmj.com/xms/files/Guias_Investimento/Guia_de_Investimento_em_Angola.pdf> acessado em 08/08/2011

ANGOP. Huambo possui 100 zonas turísticas para explorar. 2011. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/turismo/2011/8/39/Huambo-possui-100-zonas-turisticas-para-explorar,902fded7-8727-4909-8efb-44469c7aeea7.html> acessado em 03/11/2011

LU, Renato. China quer enriquecer o conteúdo da parceria estratégica com Angola IN CRI on line. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/561/2011/10/27/1s141643.htm>> acessado em 04/11/2011

CHINA SONANGOL. Oil and Gas. Disponível em: http://www.chinasonangol.com/oil_and_gas.html Acessado em 26/02/2013.

SINOPEC. Disponível em: <http://english.sinopec.com/>. Acessado em 26/02/2013

Recebido em 06.09.2012

Aprovado em 25.02.2013